

Parecer nº 180/99

Data. 1999.11.03

Processo nº 742

Requerente: Sérgio Miguel Pereira Ribeiro

Requerido: Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes

1. Os factos

- 1.1. Sérgio Miguel Pereira Ribeiro solicitou ao chefe da secretaria da Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, de Portimão, informação sobre o escalão e índice de vencimento de Maria Ribeiro Soares, mulher do pai do requerente e que aí desempenha funções docentes. E fê-lo *por se encontrar pendente processo judicial (...) contra seu pai, Carlos Manuel Moreira Ribeiro , com vista ao aumento da pensão de alimentos que lhe é devida* (cfr. cópia de documento que consta do processo).
- 1.2. Não tendo obtido resposta, alertou para o facto o presidente do conselho executivo daquele estabelecimento de ensino, de quem recebeu, por ofício, a seguinte informação: *Conforme procedimento administrativo não nos é possível dar a informação que nos solicitou sobre o escalão e índice de vencimento* (cfr. documento constante do processo e no qual a data se mostra ilegível).
- 1.3. Em face desta recusa o requerente Sérgio Miguel Pereira Ribeiro apresentou queixa perante esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

2. O Direito

- 2.1. Foi, pois, no exercício do seu direito de queixa, ao abrigo do nº 1 do artigo 16º da LADA – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho – que o interessado se dirigiu à CADA.

2.2. Um documento no qual se contenha informação relativa ao escalão e ao índice de vencimento de um servidor do Estado não deve ser considerado, para efeitos da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos - LADA, como um documento nominativo, i. e., como um documento cujo teor integre dados pessoais – cfr. artigo 4º, nº 1, alíneas b) e c), da referida lei. Na verdade, não estamos perante *apreciações* ou *juízos de valor* ou *informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada*.

Aliás, o sistema retributivo da Administração Pública – do qual são elementos constitutivos os escalões e os índices remuneratórios correspondentes às diversas carreiras e categorias – é de divulgação generalizada: a própria Direcção-Geral da Administração Pública edita anualmente (e já o fez em relação a 1999) uma brochura com esses dados, aliás também disponíveis no seguinte endereço informático: <http://homepage.esoterica.pt/~dgap>.

3. Conclusão

Conclui-se que a pretendida informação sobre o escalão e o índice de vencimento da funcionária (ou agente) do Estado Maria Ribeiro Soares (enquanto professora da Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, de Portimão) é de acesso livre, nos termos dos artigos 7º, nº 1, 12º e 13º da LADA.

Consequentemente, a CADA entende que procede esta queixa e que a referida Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes deve prestar a pretendida informação.

Aprovado na sessão da CADA de 3 de Novembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – *José Magalhães* – *Vasco Almeida* – *João Figueiredo* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*